

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 6 • 1991

DIRECTOR
A. M. HESPAHHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ics); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLI); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ics); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandra Lousada (FLI); Nuno Gonçalo Monteiro (ics); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ics); Valentim Alexandre (ics); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Nota: Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Edições COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º

Telefones: 342 20 50 • 346 82 01

Fax: 347 82 55

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

© Cooperativa Penélope

Composição, impressão e acabamento: Edições COSMOS
Distribuição: Edições COSMOS

1ª edição: Setembro de 1991
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

A Imagem da Revolução Francesa em Portugal*

João Paulo Avelãs Nunes

Licenciado em História pela FLUC, professor de História do Ensino Secundário

Maria Paula Martins Neves

Licenciada em História — Variante de História da Arte — pela FLUC, professora de História do Ensino Secundário

Introdução

Portugal é um pequeno país desde há muito aberto às influências culturais de outros povos. Pelo menos desde finais do século XVIII, a França tem sido um dos centros da cultura europeia que mais tem influenciado os grupos e sectores sociais portugueses com acesso à cultura erudita.

Desta forma, a Revolução de 1789, marco estruturador da França contemporânea (do mundo contemporâneo), deveria igualmente ter sido uma referência importante para a cultura portuguesa — tanto mais que Portugal foi um dos países ocupados durante as Invasões Napoleónicas (1807-1811).

Qual foi e qual é (quais foram e quais são) a(s) imagem(ens) da Revolução Francesa para os portugueses? Como explicar as diferentes leituras produzidas durante as várias conjunturas por diferentes sujeitos sociais?

Procuraremos introduzir alguns elementos de resposta, embora breves e incompletos, a estas questões. Por razões de economia de espaço, limitámos o nosso estudo ao período que decorre entre 1910 (ano da implantação da República em Portugal) e a actualidade.

Atribui-se hoje uma grande importância às temáticas da função social e dos objectivos do ensino da História, das características e resultados práticos do relacionamento entre memória histórica, ideologia e produção historiográfica, do papel desempenhado pelas comemorações de aniversários de personagens e acontecimentos históricos no conjunto da produção e fruição cultural e cívica dos indivíduos e dos povos.

* Este artigo é uma versão alargada da comunicação «L'image de la Révolution Française au Portugal», apresentada (por entreposta pessoa) no «Colloque Étudiant Révolution Française 1990» (Paris, 17 e 18 de Novembro de 1990).

Agradecemos ao Dr. Luís Reis Torgal (Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e à organização do «Colloque Étudiant Révolution Française 1990» o convite que levou à realização deste texto.

Foi por esta razão que procurámos, no âmbito da história cultural, verificar como tem sido utilizada em Portugal a imagem do acontecimento, ou melhor, da conjuntura revolucionária francesa iniciada em 1789.

Não queríamos no entanto terminar esta apresentação sem chamar a atenção para uma característica fundamental da vivência cultural dos portugueses. Mesmo no século XX, a grande maioria continua afastada da cultura erudita. Quer a taxa de analfabetismo quer os índices de leitura e de aquisição de livros e revistas são indicadores seguros da validade desta afirmação¹. Tudo o que for dito sobre a imagem da Revolução Francesa em Portugal tem de ser perspectivado a partir desta realidade.

Ensino da História em Portugal e imagem da Revolução Francesa

O sistema de ensino é, nas sociedades industrializadas, um dos principais veículos de formação da memória histórica. O seu peso foi mesmo decisivo no período que decorreu entre a generalização da frequência da escola (pelo menos ao nível do ensino básico) e a instauração do domínio dos «mass media».

A escola (não superior) republicana oscilou entre duas posturas perante a Revolução Francesa: a) referência descritiva aos acontecimentos e personagens principais do período revolucionário, listagem dos aspectos positivos da Revolução (nomeadamente nos planos político-jurídico e cultural), exorcização da violência revolucionária e do período do «Terror» como desvios radicais e anarquizantes da verdadeira revolução (considerada como tendo sido essencialmente demo-liberal), referência crítica ao expansionismo napoleónico; b) caracterização da Revolução de 1789 como um dos movimentos mais importantes da história da humanidade no sentido da conquista da felicidade (seguindo o paradigma teleológico dominante desde o século XVIII), análise das inúmeras e importantes transformações então

¹ De acordo com os resultados de um inquérito recentemente realizado sobre estas questões, 56,8% dos portugueses com mais de 15 anos de idade não lêem habitualmente livros, 8,9% lêem entre 1 e 2 livros por ano, 12,9% lêem entre 3 e 5 livros por ano, 9,4% lêem entre 6 e 10 livros por ano, 5,9% lêem entre 11 e 20 livros por ano e apenas 4,7% lêem mais de 20 livros por ano. Em termos de níveis de rendimento, lêem habitualmente livros 92,6% dos membros da «classe alta», 57,8% dos membros da «classe média alta», 36,6% dos membros da «classe média baixa» e 9% dos membros da «classe baixa».

58,8% dos portugueses com mais de 15 anos de idade não costumam comprar livros, 4% compram entre 1 e 2 livros por ano, 7,4% compram entre 3 e 4 livros por ano, 8,2% compram entre 5 e 6 livros por ano, 5,9% compram entre 7 e 10 livros por ano, 6,6% compram entre 11 e 20 livros por ano, 2,4% compram entre 21 e 50 livros por ano, 1,1% compram mais de 50 livros por ano. Em termos de níveis de rendimento, costumam comprar livros 90,6% dos membros da «classe alta», 54,7% dos membros da «classe média alta», 34,9% dos membros da «classe média baixa», 2,1% dos membros da «classe baixa».

Os resultados do inquérito citado podem ser consultados no artigo «Hábitos de leitura e compra de livros em Portugal (2ª parte)», em *Livros de Portugal*, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Ano III, nº 7, Julho de 1990, pp. 17-31.

ocorridas e afirmação da necessidade de concretização das mesmas também em Portugal (transformações político-jurídicas e culturais mas igualmente económicas e sociais — numa perspectiva ideológica de democracia social), presença de uma concepção historiográfica que privilegia a perspectiva «social» (globalizante, sociológica na aceção positivista comteana) de estudo e compreensão da realidade histórica².

Numa segunda fase (a partir de 1915), e à medida que se foram acentuando os conflitos dentro do regime republicano, uma nova corrente ideológica, nacionalista e muitas vezes integralista, veio influenciar o ensino da História. Liderada por Fidelino Figueiredo e Jaime Cortesão, defendia o aumento do peso da história de Portugal em desfavor da história universal, a promoção de valores «morais e patrióticos» e do «espírito municipalista», a predominância do estudo das épocas medieval (origem da nacionalidade e «monarquia orgânica», modelo para a actualidade) e moderna (a glória dos Descobrimentos «universalistas» e da grandeza colonial). O tema da Revolução Francesa quase desapareceu do ensino da História, embora tenham surgido com maior relevo acontecimentos, personalidades e ideais do período da Revolução liberal, da guerra civil e da Monarquia Constitucional portuguesas³.

Após 1926, e com a afirmação progressiva do regime fascista⁴, todo o sistema de ensino foi profundamente reestruturado de acordo com as necessidades dos sectores sociais e políticos dominantes⁵. Diminuiu ainda mais o peso atribuído à história contemporânea em favor dos períodos medieval, moderno e mesmo clássico. A Revolução Francesa era apresentada como uma sucessão de violências, crimes e demagogia, origem de destruições e sofrimentos para os franceses e para os outros países europeus «contagiados» pelas ideias revolucionárias ou invadidos durante o período napoleónico. Os ideais de 1789 eram comparados aos ideais socialistas e comunistas coevos, lembrando-se constantemente que os «males» resultantes da vitória dos primeiros se repetiriam (se repetiam já na Rússia comunista e, em menor escala, nos países onde existiam governos demo-liberais) caso os regimes

² Adolfo Lima é talvez o representante mais notável deste período. Quer os *curricula* e programas das Escolas Normais (formação de professores), quer o programa da disciplina de História Geral da Civilização (ensino liceal) são um bom exemplo das concepções historiográficas então dominantes — Cfr., respectivamente, *Diário do Governo*, nº 24, 1ª série, 10 de Fevereiro de 1916 e *Programas para instrução secundária aprovados por Decreto de 3 de Novembro de 1905*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

³ Cfr. «Programas de História para o ensino secundário», in *Revista de História*, volume IV, 1915, pp. 38 e ss. Vide também Decreto nº 5002, *Diário do Governo*, nº 257, 1ª série, 22 de Novembro de 1918.

⁴ Relativamente à polémica sobre o carácter do regime existente em Portugal entre 1926 e 1974, vejam-se, entre outros, Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988 e *Vértice*, nº 13 (2ª série), 1989, pp. 9-90.

⁵ Cfr. Luisa Cortesão, *Escola, sociedade — que relação?*, Edições Afrontamento, Porto, 1988, 2ª edição.

«autoritários» não impedissem a expansão dos segundos. Significativamente, Luís XVI era apresentado como um rei fraco, responsável pela eclosão da Revolução, enquanto Napoleão é descrito como o governante «forte» que controlou e anulou alguns dos aspectos mais «negativos» da mesma⁶. A revolução liberal portuguesa e os períodos da Monarquia Constitucional e da 1ª República eram encarados, com algumas excepções pontuais, como uma segunda versão da Revolução Francesa, repetição da sua tipologia de horrores e fruto da importação apócrifa dos seus ideais e comportamentos.

A partir de 1945, e em resultado da alteração do equilíbrio de forças internacional, do aumento da oposição interna ao regime e do reforço das correntes historiográficas «não oficiais», os programas e os manuais retomaram algumas preocupações de rigor descritivo. A linha interpretativa global era, no entanto, a mesma. Deu-se maior atenção à época contemporânea, nomeadamente aos temas da revolução industrial e da ascensão da burguesia como grupo social dominante⁷.

No período imediatamente posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974, aconteceu uma explosão exuberante de novas concepções de sistema de ensino, de pedagogia e didáctica, de objectivos a atingir com a educação, de estratégias e manuais, de programas. Assiste-se também ao predomínio (após longos anos de repressão e de censura mais ou menos explícitas) das concepções historiográficas de tipo «história nova» e história marxista — visível nos manuais, nos programas e nas bibliografias complementares aconselhadas a professores e a alunos.

A Revolução Francesa era encarada quer como um momento de transição entre o Antigo Regime e a sociedade industrializada contemporânea (burguesa e democrática) quer como um antecedente da Revolução Russa de 1917, ou seja, como primeiro momento de afirmação por parte das classes populares de uma exigência de liberdade e de igualdade (política, jurídica, económica, social e cultural). A violência revolucionária, o período do Terror, as guerras pré e post-napoleónicas teriam pois resultado dos conflitos entre nobreza e clero de Antigo Regime, burguesia, pequena burguesia urbana e pré-proletariado. A vitória conjuntural da burguesia não invalidava a legitimidade (a inevitabilidade ou a possibilidade) de uma posterior revolução socialista, da futura vitória da «classe trabalhadora». Os historiadores que mais influenciavam os manualistas eram Alfred Manfred e Albert Soboul⁸.

⁶ Cfr. António G. Mattoso, *Compêndio de História Universal aprovado como livro único para o 4º e 5º Anos dos Liceus*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1939 e *Escola Portuguesa*, boletim oficial da Direcção Geral do Ensino Primário, nº 225, 16/2/1939 — onde os professores eram incitados a exibir gravuras com cenas sangrentas da Revolução Francesa.

⁷ Cfr. Programas das disciplinas do Ensino Lical. Decreto nº 37 112 de Outubro de 1948, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948 e António Mattoso, *Compêndio de História Universal (5º Ano)*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1965 — compare-se este manual com o de 1939, do mesmo autor.

⁸ Ver por exemplo António do Carmo Reis, *História, Revolução Urbana — Revolução Industrial (8º Ano - 9º Ano de escolaridade)*, Edições ASA, Porto, 1977.

Vive-se hoje um período post-revolucionário, quase consensualista em termos historiográficos. Consolidou-se a hegemonia da «história nova», diluiu-se a influência da historiografia marxista e ressurgiram correntes de certa forma conservadoras.

O tema da Revolução Francesa é (desde 1978) abordado no programa de História do 8º ano de escolaridade (para alunos com mais ou menos 14 anos de idade)⁹. É notória a presença simultânea, o esforço de conciliação, entre as principais leituras historiográficas da Revolução, representadas por investigadores como Georges Lefevre, Albert Soboul, Daniel Guérin, François Furet, Michel Vovelle, etc.

De uma análise sumária de 6 dos principais manuais e livros de textos de História para o 8º Ano de escolaridade actualmente utilizados nas escolas portuguesas¹⁰, pudemos concluir o seguinte: a) o espaço (em número de páginas) dedicado ao desenvolvimento do tema da Revolução de 1789 varia, em termos percentuais, entre 3,1% e 7,4%; b) não é possível detectar uma utilização tendenciosa de elementos visuais (reprodução de quadros, caricaturas, desenhos, etc.) — nem no sentido de realçar os aspectos violentos da Revolução, nem com o objectivo de chamar a atenção para as suas realizações mais consensualmente 'positivas'; c) cada manual apresenta uma linha historiográfica diferente, da análise estrutural marxista (Editorial Contraponto) à leitura consensualista conservadora (Porto Editora: condenação moral dos excessos do «Terror», universalização dos interesses da burguesia, terminologia qualificativa pouco rigorosa, personalização excessiva da realidade histórica, etc), passando pelas perspectivas consensualista social-democrata (Plátano Editora, Edições ASA: a Revolução como origem do Estado Social de Direito actual e dos valores humanistas hoje dominantes) e História Nova (Editorial O Livro e M.E.C.: influência das obras de Georges Lefevre, Albert Soboul e Daniel Guérin, pouca importância atribuída aos aspectos culturais e mentais).

Nos programas de História dos novos planos curriculares, (introduzidos, em termos experimentais, já no presente ano lectivo de 1990/91), o tema da Revolução

⁹ O tema da Revolução Francesa é integrado num capítulo mais vasto que inclui outras revoluções liberais anteriores e posteriores. O período das revoluções liberais marca o fim do Antigo Regime e o início (nos planos político, social, económico e cultural) das sociedades contemporâneas — com os seus conflitos próprios.

¹⁰ Os manuais utilizados foram: Ana Maria Azevedo, *História viva — 8º Ano de escolaridade*, Plátano Editora, Lisboa, 1987, 4ª edição; Aníbal Barreira e Mendes Moreira, *História Activa 2 — Da expansão europeia às vésperas da 1ª Guerra Mundial (8º Ano)*, Edições ASA, Lisboa, s.d.; Maria Emília Dinis e outros, *História 8 — 8º Ano de escolaridade*, Editorial O Livro, Lisboa, 1987, 5ª edição, Maria Eugénia Reis Gomes e outras, *História (8º Ano)*, 2 volumes, Direcção-Geral do Ensino Secundário, Secretaria de Estado da Educação e Juventude, Ministério da Educação e Ciência, Lisboa, 1979; Pedro Almiro Neves e Valdemar Castro Almeida, *A descoberta da História 8 — 8º Ano de escolaridade*, Porto Editora, Porto, 1988, 2ª edição; Carlos Rodrigues e outros, *História — 8º Ano*, Edições Contraponto, Porto, 1983.

Francesa será leccionado no 8º e no 11º anos de escolaridade (este último para alunos com mais ou menos 17 anos de idade, apenas nas variantes de ciências sociais). A orientação historiográfica é semelhante à que preside à organização dos programas ainda em vigor.

No que diz respeito ao ensino superior, referiremos apenas o exemplo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desde 1910 até aos nossos dias, a Licenciatura em História desta Faculdade (ou o Curso onde o ensino da História estava integrado) sofreu 7 reformas curriculares¹¹.

A Revolução Francesa foi abordada nos anos lectivos de 1914/15 (cadeira de História Moderna e Contemporânea, Professor Alves dos Santos, 27,6% das aulas), 1915/16 (*idem*, 68,9% das aulas), 1916/17 (*idem*, 9,6% das aulas), 1917/18 (*idem*, 24,4% das aulas), 1918/19 cadeira de História Moderna e Contemporânea, Professor Manuel Gonçalves Cerejeira — que virá a ser Cardeal e uma das principais figuras do regime fascista português — 42,1% das aulas), 1923/24 (cadeira de História Geral da Civilização, Professor Manuel Gonçalves Cerejeira, 6,7% das aulas), 1924/25 (cadeira de História Moderna e Contemporânea, Professor Manuel Gonçalves Cerejeira, 8,9% das aulas), 1926/27 (*idem*, 3% das aulas; cadeira de História Geral da Civilização, Professor Manuel Gonçalves Cerejeira, 2,8% das aulas). A Revolução Francesa foi depois omitida (tal como toda a época contemporânea) durante quase todo o regime fascista, até 1970/71. Voltou nesse ano a ser leccionada na cadeira de História Moderna e Contemporânea, leccionada pelo Dr. João Lourenço Roque (55,4% das aulas, sendo citadas obras de historiadores como Jacques Godechot e Georges Lefevre¹². Situação semelhante repete-se até ao ano lectivo de 1975/76 (com uma alteração na designação da cadeira e um menor número de aulas sobre a Revolução Francesa). 1975/76 marca a abertura a uma bibliografia e a investigações mais aprofundadas e diversas, salientando-se obras de historiadores como Jacques

¹¹ 1911/12 (Curso Superior de Letras), *Diário do Governo*, 19 de Agosto de 1911, pp. 1617 e ss.; 1930/31 (Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas), *Lei orgânica das Faculdades de Letras*, Decreto nº 18 003 de 25 de Fevereiro de 1930, Coimbra, Universidade de Coimbra — Faculdade de Letras, Coimbra Editora, 1930; 1957/58 (Licenciatura em História), *Reforma das Faculdades de Letras*, Decreto nº 41 341 de 30 de Outubro de 1957, Lisboa, Imprensa Nacional, 1957; 1968/69 (Licenciatura em História), Decreto nº 48 627 de 12 de Outubro de 1968; 1974/75 (Licenciatura em História), *Reestruturação do Curso e organização do Departamento*, Departamento de História da FLUC, Coimbra, 1974/75 e *Planos curriculares da FLC para 1976/77*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1976; 1978/79 (Licenciatura em História e Variantes de História da Arte e Arqueologia), Decreto nº 53/78 de 31 de Maio de 1978; 1986/87 (Licenciatura em História e Variantes de História da Arte e Arqueologia, Ramo Educacional — regimes transitório e definitivo), Portaria 507/86 de 10 de Setembro e Portaria nº 844/87 de 28 de Outubro.

¹² A esta alteração não terão sido alheias a «primavera marcelista», a entrada de docentes novos para o Departamento de História e a actividade científica de historiadores portugueses — estudiosos do século XIX — como Vitorino Magalhães Godinho, Joel Serrão, Vitor de Sá, Piteira Santos, José Tengarrinha, Armando Castro, José S. Silva Dias, Miriam Halpern Pereira, Jorge Borges de Macedo, A. H. de Oliveira Marques.

Godechot, Georges Lefevre, Alfred Mandred, Daniel Guérin, Michel Vovelle (cadeira de História do capitalismo e génese do socialismo, Dr. António Martins, 80% das aulas). Em 1976/77 a cadeira não foi leccionada, e em 1977/78 Alfred Manfred deixa de ser citado na bibliografia (*idem*, 38% das aulas). Em 1978/79 passam a ser citadas obras de François Furet e Denis Richet (*idem*, Drs. António Martins e Irene Vaquinhas, 40% e 66,7% das aulas, respectivamente). Situação semelhante repete-se em 1979/80 e 1980/81 (com uma alteração na designação da cadeira e um menor número de aulas sobre a Revolução Francesa). Em 1981/82 não foi assegurada a cadeira de História Económica e Social (séculos XIV-XVIII), mas na cadeira de História da Arte Contemporânea (orientada pela Dr^a Regina Anacleto) passaram a ser abordados o contexto epocal e as obras de Jacques-Louis David, Ingres e outros artistas neo-classicistas franceses contemporâneos da Revolução de 1789. De 1982/83 a 1984/85, a Revolução Francesa não foi abordada a não ser na cadeira de História da Arte Contemporânea (*idem*). De 1985/86 a 1987/88, o tema voltou a ser abordado nas cadeiras de História Económica e Social (séculos XIV-XVIII) (Dr. António Martins e Professor João Lourenço Roque, 30% das aulas), História da Arte Contemporânea (Dr^a Regina Anacleto e Dr. António Pimentel), História Institucional e Política (séculos XVIII-XX) (Dr^a Ana Leonor). Em 1988/89 a Revolução Francesa foi leccionada nas cadeiras de História Institucional e Política (séculos XVIII-XX) (*idem*), História de Portugal (séculos XVIII-XX) (Professor Rui Cascão) e História da Arte Contemporânea (Dr. António Pimentel). Em 1989/90, depois de totalmente introduzida a nova reforma curricular, a abordagem do tema da Revolução de 1789 restringiu-se à cadeira de História da Arte Contemporânea (*idem*).

Publicações sobre a Revolução Francesa em Portugal

No que diz respeito aos livros e artigos (de autores portugueses ou traduzidos para português), filmes, peças de teatro e programas de televisão ou de rádio que em Portugal (desde 1910) abordaram o tema da Revolução Francesa, é talvez tão importante analisar os que chegaram a conhecer um público como os que foram censurados. A censura (total ou parcial, a auto-censura) foi, no Portugal de 1926 a 1974, uma realidade determinante.

Para os livros publicados, utilizámos fundamentalmente os ficheiros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (depósito legal). Não encontramos obras de ficção ou de banda desenhada que tratassem o tema da Revolução de 1789.

Em termos de livros de «história contada às crianças», o período do regime fascista é marcado exclusivamente por uma leitura anti-Revolução Francesa (anti-revolucionária em geral)¹³. Depois do 25 de Abril de 1974 surgiram obras de cariz

¹³ Cfr. Virgínia Castro e Almeida, *História maravilhosa de como o grande imperador Napoleão I foi vencido em Portugal*, Coleção Pátria, Secretariado de Propaganda Nacional, s.d.; Olavo d'Eça Leal, *História de Portugal para meninos preguiçosos*, Livraria Tavares

conservador, mas também interpretações consensualistas conservadoras e textos de tipo «história nova»¹⁴.

No âmbito da literatura de natureza historiográfica, é igualmente possível estabelecer uma periodização de publicações que coincida com uma periodização política e ideológica mais geral. Até 1926 encontramos apenas traduções de historiadores franceses e textos de divulgação de autores portugueses republicanos e pró-Revolução¹⁵. De 1926 a 1974 coexistem obras militantemente anti-revolucionárias (maioritárias)¹⁶, militantemente pró-revolucionárias (excepcionalmente)¹⁷ e exemplos de análises mais objectivantes da Revolução de 1789¹⁸. Constituem uma percentagem elevada os estudos sobre a pessoa e a acção de Napoleão Bonaparte¹⁹. Numa análise de conjunto, é significativamente reduzido o número de livros publicados sobre a Revolução Francesa.

A partir de 1974, não só aumenta o número de estudos publicados sobre a Revolução de 1789, como desaparecem os textos militantemente anti-revolucionários. Passam a predominar obras de historiadores actuais, «líderes» de algumas das principais correntes dentro da «história nova»²⁰. Terminada a ditadura — e apesar de algumas polémicas essencialmente ideológicas ainda existentes —, textos historiográficos (resultantes de investigações tanto quanto possível objectivantes) impõem-se junto de um universo de consumidores mais ou menos amplo.

Martins, Porto, 1943; Maurício de Queirós, *História linda de Portugal*, Livraria Figueirinhas, Porto, 1957.

¹⁴ Cfr. António Manuel Couto Viana, *A minha primeira História de Portugal*, Editorial Verbo, Lisboa, 1984; António do Carmo Reis, *História de Portugal em B. D.*, 4 volumes, Edições ASA, Porto, 1980-1988; Martin Mcroy e Robert Moudet, *A Revolução Francesa para principiantes*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1983; Augustin Drouet, *A Revolução Francesa*, Coleção História Júnior, Edições ASA, Porto, 1989; Margaret Mulvihill, *A Revolução Francesa*, Edinter, Porto, 1990 — respectivamente.

¹⁵ Foram publicados autores como Louis Blanc, François Mignet e Edgar Quinet.

¹⁶ Citamos os exemplos de João Ameal, António Sêves Alves Martins e Pierre Gaxotte.

¹⁷ Cfr. *Causas profundas da Revolução Francesa*, Renovação Democrática, Caderanos do Povo, Petrus, Porto, 1948 (de matriz marxista) e Rocha Martins, *História das grandes revoluções*, 2 volumes, Organizações Cristalis, Lisboa, 1953 (de matriz demo-liberal). O exemplo da França de finais de Antigo Regime podia facilmente ser apresentado como um apelo à oposição activa a um outro regime, o fascismo português, sobrevivente da derrota de muitos dos fascismos europeus após 1945.

¹⁸ Cfr. Alfred Manfred, *A Revolução Francesa*, Arcádia, Lisboa, 1962 (retirada de circulação pela Censura nesse mesmo ano, foi depois re-autorizada em 1972) e Albert Soboul, *1789 ano da liberdade*, Delfos, Lisboa, 1971.

¹⁹ Dos 21 títulos recolhidos para o período que decorreu entre 1926 e 1974, 9 focam a personagem histórica Napoleão Bonaparte.

²⁰ Relativamente aos anos que medeiam entre 1974 e 1989, recolhemos 26 títulos. Entre os autores publicados encontram-se nomes como os de Albert Soboul, Daniel Guérin, François Furet, Eric Hobsbawm, Michel Vovelle, Jacques Solé, Alfred Manfred e Hernâni Resende. São igualmente editadas colectâneas de textos dispersos ou obras de autores que foram ao mesmo tempo actores e espectadores da Revolução: Louis Antoine de Saint-Just, Grace Babeuf, Alexis de Tocqueville.

Na área das revistas de cultura, seleccionámos três, das poucas que mantiveram a sua publicação durante um período de tempo significativo²¹. A revista *Brotéria*, ligada à Igreja Católica e cuja 2ª série existe desde 1925, inclui apenas 4 artigos sobre a Revolução Francesa: 1 de 1954 sobre as invasões francesas de Portugal e 3 de 1989 sobre as relações entre a Revolução de 1789 e a Igreja de Roma. A *Seara Nova* (1921-1990), veículo de oposição cultural e ideológica ao regime fascista, apenas publicou artigos sobre a Revolução de 1789 em 1939 (ano em que se comemoraram os 150 anos deste acontecimento). Tratou-se de uma série de 20 artigos, distribuídos por 12 números. Apesar da conjuntura de hegemonia e repressão política e ideológica que então se vivia em Portugal, a maioria destes textos procurou apresentar 1789 como um exemplo de liberdade e justiça social, como um apelo à oposição activa contra o regime fascista. A *Vértice* (1942-1990), também de oposição ao regime e de orientação marxista, apenas publicou 3 artigos sobre a Revolução Francesa até 1974: 1 em 1954 (recensão crítica sobre a obra de Paul Nicolle, *A Revolução Francesa*), 1 em 1964 e 1 em 1973. Depois do 25 de Abril de 1974, apenas surgiram 3 artigos avulso e um número especial (nº 16, 2ª série, Julho de 1989) dedicados às comemorações do Bicentenário da Revolução de 1789.

Seguimos a mesma metodologia relativamente às revistas especializadas de história e ciências sociais, tendo escolhido 11, talvez as mais representativas²². Nos *Anais da Academia Portuguesa de História* (1940-1981), não é feita nenhuma referência à Revolução Francesa, o mesmo se passando nas *Análise Social* (1963-1990), *Clio* (1979-1988), *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1978-1990). O *Arquivo Histórico de Portugal* (1932-1964) inclui apenas um artigo sobre as invasões francesas de Portugal durante o período napoleónico (volume V, 1943-50). *Bracara Augusta* (1950-1987) publicou 2 artigos, 1 sobre as posições ideológicas de um bispo português de finais do século XVIII perante a Revolução Francesa (1974) e outro sobre a influência da Revolução de 1789 na revolução liberal portuguesa de 1820 (1985). *História* (1978-1990) publicou 23 artigos (em 20 números diferentes) abordando temas como as invasões francesas de Portugal, a personalidade de

²¹ Cfr. *Brotéria*, II série, volume 1 (1925) a volume 130, nº 3 (Março de 1990); *Seara Nova*, nº 1 (15 de Outubro de 1921) a nº 29, II série (Maio/Junho de 1990); Carlos Santarém Andrade, *Vértice: índice de autores (1942-1986)*, Vértice, Coimbra, 1987 e *Vértice*, Editorial Caminho, 2ª série, nº 1 (Abril de 1988) a nº 29 (Agosto de 1990).

²² Cfr. *Anais da Academia Portuguesa de História*, volume 1 (1940) a volume 27, II série (1981); *Análise Social*, nº 1 (Janeiro de 1963) a nº 103/104, 3ª série (1989); *Arquivo Histórico de Portugal*, volume 1 (1932-34) a volume 1, II série (1958-64); *Bracara Augusta*, nº 1 (Abril de 1950) a nº 89/90 (1986/87); *Clio*, volume 1 (1979) a volume 6 (1987/88); *História*, nº 1 (Novembro de 1978) a nº 127 (Abril de 1990); *Ler História*, nº 1 (Janeiro/Abril de 1983) a nº 19 (1990); *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 1 (Junho de 1978) a nº 30 (Junho de 1990); *Revista de História Económica e Social*, nº 1 (Janeiro/Julho de 1978) a nº 25 (Janeiro/Abril de 1989); *Revista de História das Ideias*, nº 1 (1977) a nº 11 (1989); *Revista Portuguesa de História*, Tomo 1 (1941) a Tomo XXIV (1988).

Napoleão, testemunhos de portugueses que presenciaram os acontecimentos revolucionários em Paris, os ideólogos da Revolução de 1789, os mecanismos de participação do povo de Paris na vida política após 1789, descrições e análises globais do período revolucionário, cronologias comentadas da Revolução, testemunhos de franceses contemporâneos da Revolução. *Ler História* (1983-1990) dedicou o seu número 17 (1989) ao Bicentenário da Revolução Francesa. A *Revista de História Económica e Social* (1978-1989) inclui apenas 1 artigo sobre a resistência popular em Portugal às invasões francesas (1978). A *Revista de História da Ideias* (1977-1989) inclui 3 artigos sobre as invasões francesas de Portugal (volume 2, 1978/79 e volume 7, 1985), 1 sobre as transformações de mentalidades ocorridas em França após 1789 (nº 9, 1986, da autoria de Michel Vovelle), 1 sobre 1789 e as revoltas portuguesas de 1848 (nº 11, 1989), uma recensão crítica do livro de Jacques Godechot *La Contre-Révolution* (nº 1, 1977) — o volume 10 (1988) publica parte das Actas do Colóquio «A Revolução Francesa e a Península Ibérica» (Coimbra, 4 a 6 de Março de 1987). *Revista Portuguesa de História* (1941-1988) inclui apenas 1 artigo sobre os exércitos da França revolucionária (1951) e dedicou um número (Tomo XXIII, 1987) à publicação de parte das actas do Colóquio «A Revolução Francesa e a Península Ibérica» (Coimbra, 4 a 6 de Março de 1988). A censura e o controlo político sobre as instituições de investigação em história parecem ter estado na origem do reduzido número de artigos que, até 1974, abordaram, nas revistas portuguesas de cultura ou de história e ciências sociais, a problemática da Revolução de 1789. Resta explicar o sub-tratamento relativo que se mantém após a queda do regime fascista.

Analisados que foram alguns elementos da face visível da realidade editorial portuguesa entre 1910 e 1990, interessaria agora falar da censura. Infelizmente, e passados que são 16 anos desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, não existe ainda nenhum estudo sistemático sobre as características e os resultados para a nossa cultura da existência das mais variadas formas de censura e de controlo/repressão político-ideológica e estética²³. Utilizando a informação disponível, que se resume a uma lista (não exaustiva) de livros e revistas censurados durante o regime fascista, pudémos observar que foram proibidas 4 obras sobre a Revolução Francesa: *Um homem do povo na Revolução*, de Roger Vaillant; *A Revolução Francesa (1789-1799)*, de Albert Soboul; *A Revolução Francesa*, de Alfred Manfred; *Babeuf* — textos escolhidos, de C. G. Willard.

Relativamente a outros meios de comunicação ou a outras formas de expressão cultural (cinema, teatro, televisão, rádio, etc.), foi-nos impossível encontrar qualquer tipo de informação sobre o tratamento feito (ou não) do tema da Revolução de 1789.

²³ Cfr. *Livros proibidos no regime fascista*, Comissão do livro negro sobre o regime fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981 e Lauro António, *Cinema e censura em Portugal*, Editora Arcádia, Lisboa, 1978.

Cobertura do II Centenário da Revolução Francesa em Portugal

Também em Portugal, e apesar da simultaneidade com as comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos portugueses (séculos xv e xvi), foi visível um crescendo de iniciativas e referências ao Bicentenário e à Revolução Francesa. Relembraremos aqui e analisaremos algumas dessas iniciativas e referências.

Em 6 dos principais jornais semanários portugueses²⁴ encontramos, nos números publicados durante o ano de 1989, as seguintes atitudes: o *Expresso*, da área social-democrata, publicou 19 artigos sobre a Revolução de 1789 (em 5 números): as comemorações francesas do Bicentenário, moda e arte durante a Revolução, a historiografia da Revolução, uma cronologia comentada do processo revolucionário, um balanço global da Revolução — predominando a corrente historiográfica representada por François Furet. O *Fim de semana (O Diário)*, da área comunista, integrou 5 artigos (em 5 números) sobre as comemorações do Bicentenário em França, os principais personagens (individuais e colectivos) da Revolução de 1789, a posição da Igreja Católica perante a Revolução Francesa, a fuga de D. João VI para o Brasil aquando das invasões francesas, a reprodução de uma entrevista feita por um jornalista português a Albert Soboul (censurada durante o regime fascista) — predomina a perspectiva historiográfica representada por Albert Soboul. O *Independente*, jornal de direita, publicou 7 artigos sobre a Revolução de 1789 (em 3 números): as comemorações francesas do Bicentenário, testemunhos de portugueses contemporâneos da Revolução, as comemorações do Bicentenário em Lisboa, a Igreja Católica e a Revolução, os insucessos da Revolução — predomina uma perspectiva ideológica de reserva em relação a 1789, às revoluções em geral. O *Jornal*, da área socialista, apenas integrou 2 artigos (em 2 números) sobre as comemorações do Bicentenário em França. *Jornal de Letras*, semanário especializado de cultura, ligado a *O Jornal*, publicou 35 artigos, distribuídos por 21 números. Tratou questões como os ideais da Revolução Francesa e a luta ideológica hoje, Jean Jacques Rousseau na Revolução de 1789 e hoje, as comemorações do Bicentenário em França e em Portugal, os filósofos iluministas e a Revolução Francesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, a Revolução de 1789 e a «construção europeia», entrevistas com governantes franceses e portugueses (Jack Lang e Mário Soares), Revolução Francesa e legitimidade da violência revolucionária, entrevistas com historiadores e ensaístas (François Furet e Francisco Louçã), personagens e acontecimentos principais da Revolução, publicações sobre a Revolução Francesa em

²⁴ Cfr. *Expresso*, nº 845 (7 de Janeiro de 1989) a nº 896 (30 de Dezembro de 1989); *Fim de Semana (O Diário)*, nº 4292 (7 de Janeiro de 1989, Ano 13) a nº 4590 (30 de Dezembro de 1989, Ano 14); *O Independente*, nº 34 (6 de Janeiro de 1989, Ano I) a nº 85 (29 de Dezembro de 1989, Ano II); *O Jornal*, nº 724 (de 6 a 12 de Janeiro de 1989, Ano XIV) a nº 774 (de 22 a 28 de Dezembro de 1989, Ano XV); *J. L., Jornal de letras, artes e ideias*, nº 339 (de 3 a 9 de Janeiro de 1989, Ano VIII) a nº 390 (de 26 de Dezembro de 1989 a 1 de Janeiro de 1990, Ano IX).

Portugal no ano de 1989, Jornais e intelectuais franceses durante a Revolução, crítica de revistas, livros, peças de teatro, debates e programas de televisão apresentados em Portugal sobre 1789, crónica sobre o Congresso Internacional «L'image de la Révolution Française» (realizado em Paris), Revolução Francesa e democracia real hoje, as mulheres e a Revolução, poetas franceses do período revolucionário, violência e «terror» nos finais do Antigo Regime em França, Revolução Francesa e exército nacional francês.

Observámos ainda o número de 14 de Julho de 1989 de 5 dos principais jornais diários portugueses²⁵. *O Dia*, de direita, descreve aspectos das comemorações francesas do Bicentenário de 1789 e condena a Revolução Francesa e todas as revoluções (origem de violência e sofrimento). *O Diário*, da área comunista (5 artigos sobre a Revolução Francesa), descreve e comenta aspectos das comemorações portuguesas e francesas da Revolução de 1789 e procura relacionar a Revolução Francesa com valores e objectivos que hoje são próprios da esquerda (mais ou menos revolucionária). *O Diário de Lisboa*, da área socialista, publicou 10 artigos sobre 1789 e a revolução liberal portuguesa de 1820, a Revolução Francesa e os direitos humanos/a democracia hoje, 1789 e a «construção europeia», as comemorações francesa e portuguesa do Bicentenário. *O Diário de Notícias* releva as comemorações francesas do Bicentenário, as relações entre 1789 e a problemática da democracia hoje, a opinião que os professores de História portugueses têm acerca da Revolução Francesa. *O Jornal de Notícias* trata apenas o tema das comemorações portuguesas e francesas do Bicentenário.

Dos três órgãos oficiais (semanários) de partidos políticos com representação parlamentar que se publicaram em Portugal durante o ano de 1989²⁶, o *Povo Livre* (Partido Social Democrata) não fez qualquer referência à Revolução Francesa. *A Acção Socialista* (Partido Socialista) publica (no nº 554, de 20 de Julho de 1989) 2 artigos, 1 sobre 1789, a democracia e os direitos humanos na actualidade e outros sobre reacções de portugueses de finais do século XVIII aos acontecimentos ocorridos em França no Verão de 1789. *O Avante!* (Partido Comunista Português) inclui 6 artigos (distribuídos por 5 números) que tratam questões como as comemorações do Bicentenário organizadas em França pelo PCF, as comemorações do Bicentenário na Assembleia da República portuguesa, uma análise crítica das propostas historiográficas de François Furet sobre a Revolução Francesa e das comemorações do Bicentenário em França (entrevista com o historiador marxista francês Claude Mazauric), Gorbatchov, a perestroika soviética e os ideais de 1789, caricaturas

²⁵ Cfr. *O Dia*, nº 452, Ano II; *O Diário*, nº 4449, Ano 14; *Diário de Lisboa*, nº 23 014, Ano 69; *Diário de Notícias*, nº 43 943, Ano 125; *Jornal de Notícias*, Ano 102.

²⁶ Cfr. *Acção Socialista*, nº 526 (5 de Janeiro de 1989) a nº 573 (30 de Novembro de 1989); *Avante!*, nº 784 (5 de Janeiro de 1989, Ano 58, Série VII) a nº 853 (28 de Dezembro de 1989, Ano 59, Série VII); *Povo Livre*, nº 733 (4 de Janeiro de 1989) a nº 777 (20 de Dezembro de 1989).

francesas contemporâneas da Revolução, a liberdade de expressão em França durante o período revolucionário.

Três revistas portuguesas dedicaram números especiais às comemorações do Bicentenário de 1789. *Ler História* (nº 17, 1989, «Bicentenário da Revolução Francesa») inclui artigos de historiadores e de outros cientistas sociais sobre a França revolucionária e sobre as repercussões em Portugal da Revolução Francesa. *Finisterra* (nº 3, Outono de 1989, dossier «A ideia de Revolução»), revista de cultura da área socialista, publicou artigos de análise política e ideológica sobre legitimidade das revoluções, ideais social-democrata e comunista, Revolução Francesa e democracia/direitos humanos. *Vértice* (nº 16, 2ª série, Julho de 1989, «Em questão: A Revolução Francesa») incluiu vários artigos de história da Revolução de 1789 (predominando a perspectiva historiográfica representada por Albert Soboul), 1 artigo sobre as influências da mesma em Portugal e 1 artigo de polémica político-ideológica a partir dos ideais da Revolução Francesa — relacionando 1789 com os ideais socialistas e comunistas actuais.

Tanto quanto pudemos averiguar, realizaram-se em Portugal (ou em outros países, com a participação de historiadores ou outros cientistas sociais portugueses) os seguintes congressos ou colóquios científicos: Congresso «La Revolución Francesa y la Península Iberica» (Madrid, 13 a 15 de Fevereiro de 1986)²⁷ — apresentaram comunicações 12 historiadores portugueses; Colóquio «Portugal: da Revolução Francesa ao Liberalismo» (Braga, 4 e 5 de Dezembro de 1986)²⁸ — estiveram presentes 5 historiadores portugueses; Colóquio «A Revolução Francesa e a Península Ibérica» (Coimbra, 4 a 6 de Março de 1987)²⁹ — apresentaram comunicações 24 historiadores ou cientistas sociais portugueses; Colóquio «A Revolução Francesa e a sua repercussão em Portugal» (Coimbra, 26 de Abril de 1989)³⁰ — estiveram presentes 4 historiadores e estudiosos portugueses; Congresso «L'image de la Révolution Française» (Paris, 6 a 12 de Julho de 1989)³¹ — apresentaram comuni-

²⁷ Cfr. «La Revolución Francesa y la Península Iberica — Actas del Congreso, 13 a 15 de febrero de 1986», em *Estudios de Historia Social*, n.ºs. 36-37, 1986.

²⁸ Cfr. *Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo — Actas do Colóquio (Braga, 4 a 5 de Dezembro de 1986)*, Unidade Científico-Pedagógica de Letras e Artes da Universidade do Minho, Reprografia e publicações da Universidade do Minho, Braga, 1988.

²⁹ Cfr. «A Revolução Francesa e a Península Ibérica — Actas do Colóquio, Coimbra, 4 a 6 de Março de 1987», em *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXIII, 1987 e «A Revolução Francesa e a Península Ibérica — Actas do Colóquio, Coimbra, 4 a 6 de Março de 1987», em *Revista de História das Ideias*, n.º 10, 1988.

³⁰ Organizado conjuntamente pela Alliance Française de Coimbra, Bureau d'Action Linguistique de Coimbra, Institutos de Estudos Franceses, História Económica e Social e História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. As comunicações apresentadas irão ser publicadas na revista *Convergências*.

³¹ *L'image de la Révolution Française — Communications présentées lors du Congrès Mondial pour le Bicentenaire de la Révolution (Sorbonne, Paris, 6-12 juillet 1989)*, 3 volumes, Pergamon Press, Paris, 1989.

cações 5 historiadores portugueses; Colóquio «La pensée économique pendant la Révolution» (Vizile, 6 a 8 de Setembro de 1989) — participou um investigador português; «Symposium on the French Revolution» (Florida State University, 28 a 30 de Setembro de 1989) — participou um historiador português; Colóquio «A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil» (Lisboa, 10 e 11 de Novembro de 1989)³²; Colóquio «Portugal no século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa» (Lisboa, 20 a 29 de Novembro de 1989) — organizado pela Sociedade Portuguesa de Estudos do século XVIII. Em todos estes congressos e colóquios, e com apenas duas excepções, os participantes portugueses apresentaram comunicações sobre os reflexos da Revolução Francesa em Portugal e não sobre a realidade francesa post-1789.

Durante o ano de 1989, também a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) emitiu alguns programas que trataram os temas da Revolução Francesa e do seu Bicentenário. De acordo com as informações que pudemos recolher na revista *TV Guia*³³, e para além de notícias de vária ordem integradas nos vários serviços informativos, os programas apresentados foram os seguintes: o filme «A noite de Varennes», de Ettore Scola (3 de Janeiro de 1989, 21h55', 2º canal); a série «Noites revolucionárias», realizada por Charles Brahant (8 de Julho a 19 de Agosto de 1989, 23h05', 1º canal) — baseado na vida e obra do escritor francês setecentista Nicolas Restif e localizada na Paris dos anos de 1789 a 1793; na série «Artes e Letras» (21h15', 2º canal), o programa de 9 de Julho foi dedicado a Jacques-Louis David, expoente do neo-classicismo francês e artista da Revolução de 1789; transmissão do concerto de inauguração da Ópera da Bastilha, integrado nas comemorações francesas do Bicentenário (17 de Julho de 1989, 21h55', 2º canal); o filme «Se Paris falasse», de Sacha Guitry — sobre a França pré-revolucionária — (16 de Julho, de 1989, 15h15', 1º canal). Caso o inventário esteja completo, é certamente pouco para os dois canais da televisão nacional portuguesa. Porquê tal desinteresse?

Ao nível do sistema de ensino não-superior, foi-nos possível detectar dois tipos de comportamentos diferentes. O Ministério da Educação parece ter ignorado totalmente o Bicentenário³⁴. Não temos notícia de qualquer iniciativa que este tenha tomado no sentido de organizar qualquer modalidade de comemoração dos

³² Organizado pelos grupos de História Moderna e Contemporânea e Língua e Literatura Francesa da Faculdade de Letras de Lisboa.

³³ Cfr. *TV Guia*, nº 517 (31 de Dezembro de 1988 a 6 de Janeiro de 1989) a nº 568 (23 a 29 de Dezembro de 1989).

Por nós solicitada, a Direcção de Programas da RTP respondeu que, não estando ainda publicado o *Anuário RTP 1989*, não poderia informar-nos sobre que programas transmitiu durante o ano de 1989 acerca da Revolução Francesa ou das comemorações do seu Bicentenário.

³⁴ Terá esta atitude algo a ver com o facto de o Ministro da Educação ser oriundo de uma área político-ideológica de direita (democracia cristã) e de o Governo se basear numa maioria absoluta do Partido Social Democrata na Assembleia da República?

200 anos da Revolução Francesa. Muitos professores e alunos, ao contrário, em escolas espalhadas pelo país, concretizaram pequenas actividades que lembraram a Revolução de 1789 — algumas vezes com o apoio da Alliance Française ou do Bureau d'Action Linguistique —, como actividades lectivas ou extra-lectivas, semanas culturais, clubes de francês, actividades interdisciplinares (grupos de História, Filosofia, Francês), etc.³⁵

Recolhemos ainda informações sobre outras iniciativas de comemoração do Bicentenário concretizadas em Portugal, de âmbito mais restrito mas igualmente significativas. A Assembleia da República realizou (no dia 14 de Julho de 1989) uma sessão solene assinalando os 200 anos da Revolução Francesa. A Festa do «Avante!» de 1989 (Loures, 7 a 9 de Setembro) integrou um debate sobre 1789, com a participação dos historiadores marxistas João Arsénio Nunes, Hermâni Resende e João Luís Lisboa. A peça «A morte de Danton», de Georg Büchner, foi levada à cena pelo Teatro Experimental de Cascais durante o ano de 1989. O Centro de Reflexão Cristã realizou o colóquio «A Revolução Francesa e a Igreja» (Lisboa, 14 de Julho de 1989). Na noite de 13 para 14 de Julho de 1989, realizou-se no Teatro Nacional de São Carlos o espectáculo «Salve à la France», com a presença da Secretária de Estado da Cultura portuguesa e do Embaixador da França em Portugal. A Alliance Française organizou em Lisboa (na Praça do Município), na noite de 13 para 14 de Julho de 1989, um espectáculo musical no qual participaram vários artistas portugueses³⁶. O Instituto Franco-Português concretizou em 1989 um conjunto mais amplo de iniciativas, incluindo conferências, sessões de cinema, exposições, 2 peças de teatro, 1 concurso/mostra de obras de jovens pintores portugueses, um espectáculo musical com artistas portugueses e de outros países, um espectáculo gastronómico³⁷.

³⁵ Citamos aqui o exemplo das comemorações do Bicentenário da Revolução Francesa organizadas pelo Grupo de História/Núcleo de Estágio de História da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo (Leiria). Constatamos a emissão de um desdobrável/programa, de uma exposição sobre a França entre 1789 e 1799 — acompanhada da projecção de diapositivos e de vídeos alusivos ao tema — (2 a 11 de Maio de 1989), de um debate com a participação dos Professores Doutores Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (29 de Maio de 1989), de um debate com a participação da Dr^a Maria Helena Carvalho dos Santos — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (8 de Junho de 1989).

³⁶ Artistas desde Elvira Archer até José Mário Branco, passando pela Banda da Guarda Nacional Republicana e por músicos do Teatro Nacional de S. Carlos. Interpretaram composições tão diferentes como árias de ópera, canções revolucionárias de 1789, A Marselhesa, canções da Comuna de Paris e de Maio de 1968, música de câmara do século XVIII, etc.

³⁷ Conferências com António Coimbra Martins («Relações entre Portugal e a Revolução Francesa»), M.P. Zalesky («A abolição da escravatura como tema na literatura»), Benoît Cornot («Literatura francesa revolucionária e pré-romântica») e Jean Louis Donnadieu («A herança contemporânea da Revolução Francesa»); sessões de cinema («La Révolution Française», de Jean Vidal, 1975; «Diderot», curta metragem de Jean Vidal, década de 60; «Au temps du bien-aimé», curta metragem de Jean Vidal, década de 60; «Monsieur de Voltaire», curta metragem de R. Leenhardt); exposições («La Révolution Française à

As leituras do mito da Revolução Francesa pelos Revolucionários portugueses de 1910, 1926 e 1974.

Acontecimento político e referente ideológico por excelência, a Revolução Francesa não deixou de ser tema de polémica para todos os revolucionários portugueses que se lhe seguiram.

Omitindo o século XIX, deparamos com a data de 1910. Revolução republicana, foi liderada por uma frente de correntes diversas, de um conservadorismo quase liberal ao radicalismo anarco-sindicalista³⁸. As correntes predominantes, conservadoras, atribuíam conscientemente pouca importância à Revolução Francesa. Não se identificavam com a violência do «Terror», o radicalismo de muitos dos ideais, a velocidade das transformações e o corte com muitos aspectos do passado, a participação «excessiva» das «massas», o acesso de muitos camponeses à posse da terra e outra legislação económica, os aspectos democratizantes da Constituição de 1793, etc. Preferiam a busca do consenso e da pacificação social, a referência a exemplos da história portuguesa, privilegiar as transformações políticas e culturais ocorridas após 1789 que se tivessem mantido dentro dos limites do demo-liberalismo. Quando era utilizada, a memória de 1789 era construída em torno de valores como o regime republicano, a liberdade e a igualdade formais, a laicização do Estado e da Educação, a confiança no carácter perfeccionável da humanidade.

Em 1926, um golpe militar conservador, proto-fascista (a «Revolução Nacional», fundadora do «Estado Novo»), promete fazer regressar o país à paz social e política, à estabilidade económica, à situação de nação prestigiada internacionalmente (nomeadamente pelo seu passado colonial). Para estes revolucionários (ou contra-revolucionários)³⁹, a situação de dificuldades económicas, conflitos políticos

l'Affiche»; «Revolucions», esculturas, instalações e esboços de cenografias de Óscar Arminato, artista plástico venezuelano; «1789», exposição documental sobre a França em 1789; «La Grande Parade», retratos da França actual, do fotógrafo chileno Julio Danoso — os valores revolucionários de solidariedade e fraternidade na França de hoje); peças de teatro («Candide ou L'optimiste» de Voltaire, no Teatro Municipal de São Luiz, pelo grupo francês Théâtre-Action Crease de Grenoble; «1789», no Armazém do Jardim do Tabaco, pelo Théâtre Job de Bordéus); ciclo de cinema com filmes cuja acção se localiza no período da Revolução (obras de Philippe de Broca, C. Banna, M. Favart, Jean Pierre Rappeneau, Jean Delannoy, Ettore Scola); «As cores da Revolução», exposição com obras de Jacques Bernard e de pintores portugueses que viveram em França, no Palácio da Ajuda; concurso/mostra de obras de jovens pintores portugueses (estudantes das ARCO, IADE, ESBAL, ESBAP, Árvore, E.S. António Arroio) — no Palácio da Ajuda; «Bastille», espectáculo musical com artistas portugueses, cabo-verdianos e chilenos, circo (Colectividade Cultural e Recreativa de Sta. Catarina) e teatro (Teatro Experimental de Cascais) — em frente ao Palácio da Ajuda.

³⁸ Numa listagem sumária, teriam existido os republicanos liberais, os republicanos radicais, os socialistas, os anarquistas, os monárquicos liberais e os monárquicos conservadores.

³⁹ Entre os dinamizadores do golpe militar de 1926, encontram-se membros de correntes ideológicas diversas, como os integralistas lusitanos, católicos conservadores, católicos legitimistas, monárquicos, fascistas, liberais conservadores, etc. — para além da grande massa de descontentes sem opinião política definida.

e sociais, descrédito internacional em que se encontrava Portugal resultava precisamente da introdução (forçada e «contra natura») no país dos ideais e de muitas das realizações da Revolução Francesa. Desde a primeira revolução liberal (1820), a história de Portugal estava marcada, afirmavam, por uma longa série de sofrimentos e desventuras, de governantes fracos e corruptos⁴⁰. À semelhança da França de 1789 e da Rússia de 1917, Portugal corria o risco de se «afundar» irremediavelmente se se mantivesse sob a influência do legado demo-liberal e parlamentarista da Revolução Francesa. Esta era caracterizada⁴¹ como uma sucessão de violências, conflitos e corrupção, de lutas partidárias pelo poder (em vez da unidade na defesa dos interesses nacionais), de lutas de classes (em vez da cooperação, natural e orgânica, entre os vários corpos sociais), de uma competição económica desenfreada entre os indivíduos e as empresas (em vez da regulação do Estado e da solidariedade social cristã), de conflitos com a Igreja Católica, com os sentimentos mais profundos da população e com a história do país — obra de ateus e mações. Segundo o novo poder — nacionalista, corporativista, anti-liberal, anti-parlamentar, anti-democrata e anti-socialista —, a Revolução Francesa tinha significado para os portugueses as Invasões Francesas, a confusão política, o endividamento e a dependência externa, o agravamento das condições de vida, os conflitos sociais, a crise de valores morais, o esquecimento da história e do orgulho nacionais, a perda da noção de autoridade, o perigo do comunismo. Urgia pois libertar o país desse corpo estranho de ideias malignas, ensiná-lo a proteger-se desse mal que vinha de fora.

1974 foi uma revolução popular democrática. Durante o período revolucionário (e ainda hoje, embora em condições diferentes), conservadores («contra-revolucionários» ou apenas «reaccionários»), social-democratas, socialistas, comunistas e extrema-esquerda apresentaram projectos de sociedade aos outros portugueses. Em quase todos estes projectos estava presente uma determinada leitura da Revolução Francesa. Condenação dessa e de todas as revoluções por parte da extrema-direita «contra-revolucionária». Aceitação dos componentes de liberdade e igualdade política e jurídica formais, de solidariedade social equilibrada com as exigências da liberdade económica, por parte da direita «reaccionária» e do centro (Centro Democrático e Social e Partido Social Democrata). Afirmção dos valores revolucionários de igualdade política e jurídica, mas também económica, social e cultural; reivindicação de uma maior intervenção do Estado com o objectivo da concretização desses ideais, afirmação da necessidade de reforma gradual do capitalismo (nos planos nacional e internacional) no sentido da concretização do lema «liberdade, igualdade, fraternidade», por parte do centro-esquerda (Partido Socialista). A Revo-

⁴⁰ Excepção feita para alguns dos governantes do período da Regeneração, aos heróis das campanhas africanas e aos ditadores João Franco e Sidónio Pais.

⁴¹ Através de discursos políticos, sermões, textos legais, textos programáticos, manuais de História, livros de história para crianças e adultos, filmes, cartazes, etc.

lução de 1789, mas também as de 1871 (Comuna de Paris) e de 1917 (Revolução Russa), são vistas pela esquerda (Partido Comunista Português) como antecedentes de ruptura com um passado que urgia e era possível transformar — fazendo desaparecer a desigualdade económica e social que resulta da exploração económica, a desigualdade política e jurídica que resulta da dominação política e da alienação cultural e ideológica, apelando e organizando a participação popular aos mais diversos níveis (da economia à cultura), fazendo evoluir a revolução de uma fase popular e democrática para uma fase socialista e depois comunista. Para a extrema-esquerda (representada por inúmeros pequenos partidos), a Revolução Francesa foi e é um exemplo de participação popular directa, de transformações radicais, de agitação e empenhamento político das «massas» — condições necessárias e indispensáveis para a construção de uma nova sociedade, para a abolição do Estado e de todas as formas de exploração, dominação e alienação⁴².

Memória histórica dos portugueses sobre a Revolução Francesa

O que sabem os portugueses em geral acerca da Revolução Francesa? Fora dos círculos relativamente restritos de historiadores e professores de História, dirigentes e activistas políticos, intelectuais em geral, como é vista em Portugal a Revolução Francesa?

Não existindo entre nós estudos globais sobre estas questões, socorremo-nos de três inquéritos parcelares que permitiram, apesar das suas limitações, retirar alguns dados e formular conclusões.

De acordo com uma sondagem publicada pelo jornal *Expresso*⁴³, 42% dos portugueses não têm uma noção concreta do que foi a Revolução Francesa. Apenas 26% a localizam correctamente no século XVIII (53% não propôs qualquer data). 89% consideram que os efeitos de 1789 se fizeram sentir em França mas também em outros países. 38% pensam que a Revolução Francesa se reflectiu sobretudo na área política, 9% na área cultural, 14% na área económica e 30% na área social.

⁴² Os discursos proferidos na Assembleia da República pelos representantes dos vários grupos parlamentares aquando da comemoração do aniversário do 25 de Abril de 1974 são um bom exemplo da leitura que as várias correntes políticas portuguesas fazem não só da revolução portuguesa de 1974, mas também daquela que é o símbolo por excelência de todas as revoluções democráticas da época contemporânea, a Revolução Francesa de 1789.

⁴³ Cfr. «A visão portuguesa da Revolução Francesa», Sondagem *Expresso/Euro-expansão*, em *Expresso*, 1 de Julho de 1989 (nº 870), p. 5R. O universo considerado foram os portugueses com mais de 15 anos de idade residentes no continente. A amostra foi constituída por 1016 indivíduos residentes em 102 localidades diferentes (tendo em conta critérios de idade, sexo e habitat) e foi recolhida entre 9 de Março e 7 de Junho de 1989.

Segundo um inquérito realizado no âmbito do Seminário Científico de História do Ramo de Formação Educacional da FLUC (1988/89)⁴⁴, 84% dos alunos que terminaram os dois primeiros ciclos do ensino básico diurno (mais ou menos 12 anos de idade) não localizaram ou localizaram mal a Revolução Francesa, sendo a percentagem de 43% para os que terminaram o terceiro ciclo do ensino básico diurno (mais ou menos 16 anos de idade) e seguiram a área de humanidades no ensino secundário, de 75% para os que terminaram o terceiro ciclo do ensino básico diurno e seguiram a área científica no ensino secundário, de 11% para os estudantes do 1º Ano da Licenciatura em História, de 2% para os recém-licenciados em História, de 37% para os estudantes do 1º Ano da Licenciatura em Ciências Farmacêuticas e de 43% para os estudantes do 4º Ano da Licenciatura em Ciências Farmacêuticas. 100% dos alunos que terminaram os dois primeiros ciclos do ensino básico diurno não localizaram ou localizaram mal Robespierre, sendo a percentagem de 91% para os que terminaram o terceiro ciclo do ensino básico diurno e seguiram a área de humanidades no ensino secundário, 93% para os que terminaram o terceiro ciclo do ensino básico diurno e seguiram a área científica no ensino secundário, de 56% para os estudantes do 1º Ano da Licenciatura em História, de 14% para os recém-licenciados em História, de 48% para os estudantes do 1º Ano da Licenciatura em Ciências Farmacêuticas e de 61% para os estudantes do 4º Ano da Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.

Como termo de comparação, citamos alguns dados retirados do Relatório Girault e relativos à realidade escolar francesa⁴⁵. 63,8% dos estudantes da 6ª classe (mais ou menos 12 anos de idade) e 29,5% dos estudantes da 2ª classe (mais ou menos 17 anos de idade) não sabem que a Revolução Francesa começou em 1789. Danton, Mirabeau e Robespierre não são reconhecidos como dirigentes revolucionários por (respectivamente) 60,4%, 73,6% e 48,7% dos estudantes da 6ª classe e por 23%, 72,3% e 11,3% dos estudantes da 2ª classe. As palavras «assignat», «citoyen» e «sansculotte» não são reconhecidas como vocábulos típicos do período revolucionário por (respectivamente) 88%, 16,1% e 60,9% dos estudantes da 6ª classe e por 61,3%, 7,1% e 11,8% dos estudantes da 2ª classe.

Mesmo relativizando os dados aqui representados, não é possível deixar de fazer um balanço negativo. Sendo o conhecimento da Revolução Francesa um pré-requisito básico para a compreensão das sociedades contemporâneas e das várias correntes político-ideológicas actuais — para um exercício autónomo e mais ou menos consciente da cidadania? —, parece óbvio que a nossa sociedade «democrática» e o nosso sistema de ensino falharam algures.

⁴⁴ Cfr. António Rafael Amaro e outros, *Ensino da História: que conhecimento e que memória(s)? — Relatório de análise do inquérito sobre ensino da História e memória histórica (Seminário Científico do 2º Ano do Ramo de Formação Educacional da FLUC — regime transitório)*, fotocopiado, Coimbra, 1989.

⁴⁵ Cfr. René Girault, *L'Histoire et la Géographie en question*, M.E.N., Paris, 1983.

Conclusão

O sistema de ensino português tem reproduzido quase literalmente as leituras da Revolução apresentadas, em cada conjuntura, pelo poder político. Se mais recentemente se criaram condições de maior autonomia do ensino da História relativamente aos interesses político-ideológicos, novos problemas parecem surgir em áreas como a reforma curricular do ensino secundário (diminuição do peso relativo da disciplina de História), as características dos manuais de História do ensino não superior, a inexistência de condições para a realização de actividades extra-lectivas, os *curricula* das licenciaturas em História, etc.

No que diz respeito às publicações sobre o tema da Revolução Francesa, a presença da censura e a exiguidade do mercado de consumo cultural português foram condicionantes fundamentais. No caso das publicações periódicas não científicas, há uma correlação quase absoluta entre a linha editorial de cada publicação e a forma como a mesma tratou o tema da Revolução de 1789. Os historiadores e cientistas sociais portugueses continuam, com poucas excepções, a investigar da Revolução Francesa apenas os aspectos em que a mesma influenciou a realidade portuguesa.

Relativamente às comemorações do Bicentenário em Portugal, salientamos, pela positiva, as iniciativas concretizadas por faculdades, revistas, jornais, o Instituto Franco-Português e a Alliance Française. Salientamos, pela negativa, o quase silêncio do governo português em geral e do Ministério da Educação em particular, o pouco relevo atribuído a estas temáticas por parte da RTP e de muitos outros «mass media» portugueses.

Foram desde sempre muito diferentes as posições assumidas pelas várias correntes político-ideológicas existentes em Portugal sobre a Revolução Francesa. As comemorações do Bicentenário foram determinantemente influenciadas, quer em França quer em Portugal, por preocupações essencialmente político-ideológicas — como a legitimidade ou ilegitimidade da violência transformadora, o sucesso ou insucesso dos vários tipos de revoluções (liberais, democráticas, socialistas, contra-revolucionárias), o âmbito do conceito de direitos humanos, etc.

Relembramos finalmente que 42% dos portugueses afirmaram não ter uma opinião concreta acerca do que foi a Revolução Francesa e que apenas 26% a localizaram (correctamente) no século XVIII. Na nossa sociedade «democrática» continua, pois, a existir um claro «apartheid» cultural — que não pode deixar de se reflectir na forma como a democracia é (ou não é) concretizada.

Bibliografia

- AMARO, António Rafael e outros, *Ensino da História: que conhecimento e que memória(s)? — Relatório de análise do inquérito sobre ensino da História e memória histórica (Seminário Científico do 2º Ano do Ramo de Formação Educacional da FLUC — regime transitório)*, fotocopiado, Coimbra, 1989.
- AMARO, António Rafael e outros, «Ensino da História: que conhecimento e que memória(s)?», em *Revista de História das Ideias*, nº 11, 1989, pp. 641-680.
- ANTÓNIO, Lauro, *Cinema e censura em Portugal*, Editora Arcádia, Lisboa, 1978.
- ANUÁRIO da Universidade de Coimbra*, Imprensa da Universidade de Coimbra/Universidade de Coimbra, Coimbra, 1911/12 a 1987/88.
- BRILHANTE, Maria João, «O Bicentenário da Revolução Francesa em Portugal», em *Vértice*, nº 15, 2ª série, Junho de 1989, pp. 105-107.
- CORTESÃO, Luisa, *Escola e sociedade — que relação?*, Edições Afrontamento, Porto, 1988, 2ª edição.
- GIRAULT, René, *L'Histoire et la Géographie en question*, M.E.N., Paris, 1983.
- «Hábitos de leitura e de compra de livros em Portugal (2ª parte)», em *Livros de Portugal*, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Ano III, nº 7, Julho de 1990, pp. 17-31.
- HESPANHA, António Manuel, «O fim da Revolução (tópicos para uma discussão)», em *Finisterra*, nº 3, Outono de 1989, pp. 75-84.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Livraria Minerva, Coimbra, 1989.
- Livros proibidos no regime fascista*, Comissão do livro negro sobre o regime fascista/Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981.
- LOURENÇO, Eduardo, «A revolução e a sua ideia», em *Finisterra*, nº 3, Outono de 1989, pp. 7-9.
- MARGARIDO, Alfredo, «As imagens contraditórias da Revolução de 1789», em *Finisterra*, nº 3, Outono de 1989, pp. 33-55.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira, «Revolução Francesa — ou uma encruzilhada emancipadora», em *Finisterra*, nº 3, Outono de 1989, pp. 21-32.
- MOURA, José Barata, «As gavetas da Revolução», em *Vértice*, nº 16, 2ª série, Julho de 1989, pp. 67-71.
- TORGAL, Luís Reis, *História e ideologia*, Livraria Minerva, Coimbra, 1989.
- «A Revolução Francesa na 'história contada às crianças' em Portugal», em *Vértice*, nº 16, 2ª série, Julho de 1989, pp. 61-66.
- *TV Guia*, Rádio Televisão Portuguesa, Lisboa, nº 517 (31 de Dezembro de 1988 a 6 de Janeiro de 1989) a nº 568 (23 a 29 de Dezembro de 1989).
- «A visão portuguesa da Revolução Francesa», *Sondagem Expresso/Euroexpansão*, em *Expresso*, 1 de Julho de 1989 (nº 870), p. 5R. ■